

PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LIMITES E CONTRADIÇÕES DO CONCEITO

Auto: Alexandre Menino de Farias

Co-Autor: Alhanny de Fátima Guedes Campos de Farias

Orientador: Prof. Dr. Jairo Bezerra Silva

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
Alexandremfarias.jpa@gmail.com

GT 02: GESTÃO E MEIO AMBIENTE NO SEMIÁRIDO

Resumo:

Este trabalho visa fortalecer o debate e contribuir para a definição e mensuração do conceito de desenvolvimento sustentável, mostrando as perspectivas, limites e contradições do conceito fazendo uma análise histórica e comparativa da atividade humana sobre o meio ambiente, antes e depois da crise ambiental ocorrida no século XX até os dias atuais. Traz para reflexão da nova definição do conceito de desenvolvimento sustentável introduzida por Van Bellen, onde este acrescenta o fator institucional na definição anterior realizada pela Wold Comimssion on Environment and Development na qual apresentava apenas os fatores sociais, econômicos e ecológicos. Mostra o avanço do capitalismo, muitas vezes financiados pelo Estado, utilizando uma nova roupagem, chamada atualmente de economia verde, cuja finalidade nada mais é de gerar acúmulo de capital, lucro. Nos mostra que os meios naturais, sobre tudo a água, está perdendo o conceito de bem comum e tornando paulatinamente uma mercadoria de valor econômico e de troca, forte principalmente no semiárido brasileiro, onde grupos políticos priorizam interesses de particulares em detrimento a sustentabilidade da população local e o bem comum. Trás para o debate os conceitos da ecologia política e da capitalização da natureza, busca o entendimento dos diversos conceitos de sustentabilidade auxiliando no debate traçando seus limites e contradições.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Recursos Naturais; Capitalismo; Conceito

01. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu a partir da reflexão da sociedade, sobretudo no século XX, impulsionado pela crise ambiental em que o mundo vinha passando, gerada por causa de padrões de consumo incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente causados pela intervenção humana. O artigo propõe fortalecer o debate e contribuir para a definição e mensuração do conceito de desenvolvimento sustentável, mostrando as perspectivas, limites e contradições do conceito fazendo uma análise histórica e comparativa da atividade humana sobre o meio ambiente, antes e depois da crise ambiental.

02. Ferramentas e Indicadores do Desenvolvimento Sustentável

Após crise ambiental, ocorrida no século XX, em que o mundo vinha passando, gerada por causa de padrões de consumo incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente causados pela intervenção humana, fez-se necessário o surgimento de ferramentas e indicadores que mensurassem a sustentabilidade, bem como diversos conceitos com diferentes abordagens dificultando a utilização eficiente dessas ferramentas. Van Bellem procura otimizar comparando e preenchendo os espaços deixados pelas diversas definições, abordagens e sistemas, em todo o mundo, bem como, trás o histórico das primeiras definições sobretudo após a Rio-92, marco que fez entrar oficialmente a discussão sobre o tema na maioria dos países. Dentre os diversos conceitos e abordagens apresentados na obra de Van Bellem destacamos o da Agenda 21, documento mais aceito atualmente, e o Relatório de Brundland, este último, elaborado a partir do conceito da Wold Comimssion on Environment and Development traz abordagem em seu conceito fatores sociais, econômicos e ecológicos definindo desenvolvimento sustentável como sendo aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem prejudicar a necessidade das gerações futuras. Essas diversas abordagens fizeram surgir diferentes ferramentas e indicadores que mensurassem a sustentabilidade do desenvolvimento. Os indicadores de sustentabilidade mais utilizados são aqueles que tem relevância para a política e para o processo de tomada de decisão, com alto grau de informações que sejam confiáveis e de fácil entendimento para o público em geral e o especializado podendo ser utilizado para avaliação de tendências, comparação entre lugares e situações, prover informação de advertências, avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos e até ser utilizado para antecipar futuras condições e tendências. Uma das características de um bom indicador de sustentabilidade é que esse deve ter suas bases em um sistema interligado e inter-relacionado com agregação de diferentes indicadores para que esses possam ser utilizados para

resolver problemas de desenvolvimento sustentável complexos. Outras características bastante importante de um indicador trata-se da temporalidade, bem como o nível de agregação dos dados na sua formulação. O nível de agregação, conforme Van Bellem, os dados de uma ferramenta de avaliação pode ser observado a partir dos seus índices, indicadores, e dados na pirâmide de informações. Em relação às funções os indicadores podem ser representados em dois grupos:

a) indicadores sistêmicos: estão fundamentados em referências técnicas e projetam um conjunto de metas individuais para diferentes situações característica do ecossistema e do sistema social, além de ter informações mais importantes para subsidiar o processo de tomada de decisão;

b) indicadores de performance: fornece aos interessados informação sobre o nível de sucesso na realização de metas locais, regionais, nacionais ou internacionais é uma ferramenta de comparação, na qual incorpora indicadores descritivos em referência a um objeto político específico.

Como podemos verificar na obra de Van Bellem para que um indicador ou um sistema de indicadores de sustentabilidade sejam aceitos, estes necessariamente devem ser compreensíveis, ou seja devem ser entendidos por todos os atores que fazem parte do processo. Devido a esse fator os sistemas de indicadores devem ser os mais transparentes possíveis para todos que os busquem. Outro ponto a ser considerado na escolha de indicadores é quem e como são selecionados, para tanto existe duas abordagens:

a) *top-down*: onde o processo de avaliação é dirigido por especialistas e pesquisadores;

b) *botton-up*: abordagem que confere um peso maior na participação do público-alvo, esta, sendo adotada com maior facilidade pela comunidade na qual participou do processo construtivo.

Contudo, conforme Bossel, esses indicadores podem ter limitações, seja pela perda de sua informação vital, seja por falta de um sistema conceitual teórico que reflita a viabilidade e a operacionalidade de um sistema de indicadores. Porém, as vantagens e as necessidades de indicadores de sustentabilidade está descrito na Agenda 21, onde criou a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, cuja responsabilidade é o progresso em busca da sustentabilidade, e visa criar padrões que sirvam para mensurar a sustentabilidade do desenvolvimento em tudo o mundo. Em 1996, logo após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Desenvolvimento, um grupo de especialistas e cientistas se reuniram no Centro de Conferência de Bellagio, na Itália, para revisar as diferentes correntes que versa-se sobre o tema. O resultado desse

encontro foi o surgimento de um documento intitulado de Princípio de Bellagio que visa orientar a escolha, a utilização, a interpretação e a comunicação de indicadores, criados com o objeto de serem utilizados na implementação de projetos de avaliação de iniciativas de desenvolvimento, de nível local passando pelo intermediário até o internacional, constituindo-se em um total de dez princípios. Para realizar seu estudo Van Bellem selecionou através de pesquisa a especialista e pesquisadores sobre o tema os três indicadores de sustentabilidade mais utilizados no mundo, comparando-os através de ferramentas constituídas de deferentes categorias, decorrente de um referencial teórico utilizados por diferentes autores no desenvolvimento de sistemas de indicadores relacionados à sustentabilidade, nos quais descrevo a seguir:

a) Escopo: fundamenta-se no que é efetivamente medido, sendo a mais comum o econômico, o ecológico e o social, embora existam outras classificações;

b) Esfera: refere-se ao tipo de unidade à qual a ferramenta de avaliação é aplicada, podendo ser uma unidade de fronteira geográfica, global, continental regional ou local;

c) Dados: está relacionada aos dados utilizados pela ferramenta de avaliação, podendo ser pela tipologia dos dados e seu grau de agregação;

d) Participação: está relacionada com a orientação, participação em relação a ferramenta, podendo ser *top-down* e *botton-up*;

e) Interface: refere-se à confiabilidade, à facilidade de utilização, à interpretação e a capacidade de descrever aspectos importantes que possam orientar a tomada de decisão. Dentre os diversos sistemas de indicadores de sustentabilidade os três mais lembrados pelos especialista da área foram: I) *Ecological Footprint Method (EFM)* – no qual define qual a área de ecossistema necessária para manter e assegurar a vida de uma população ou um sistema, está fundamentado no conceito da capacidade de carga; II) *Dashboard of Sustainability (DS)* – é um índice na qual é agregado por vários outros índices, no qual podem ser avaliados sob dois aspectos importância e performance no auxílio a tomada de decisão; III) *Barometer of Sustainability (BS)*- desenvolvido por especialista da União Internacional para Conservação da Natureza e do Centro Internacional de Estudos e Desenvolvimento, é dirigido aos usuários com ferramentas gráficas, onde procura facilitar a compreensão dando um quadro geral do meio ambiente e da sociedade. Van Bellem fez uma comparação qualitativa, nas diferentes categorias de análise, elaborados a partir de um referencial teórico que seguem a dinâmica em que os sistema de indicadores devem ser relevantes para tomada

de decisão, sendo cientificamente comprovados, ajustados ao sistema político e com representação de aspectos ambientais importantes para a sociedade. Para tanto ele utilizou as categorias de análise do escopo, da esfera, dos dados, da participação e da interface, no qual funcionaram direcionando a análise da comparação das diferentes metodologias. No escopo além de utilizar a dimensão ecologia, social e economia, este incluiu a dimensão institucional. Já na categoria esfera compara a nível global, continental, nacional, regional, local, organizacional e individual. Já na categoria interface apresentou um grande potencial educativo, sendo considerada de fácil acesso e compreensão por universitários, especialista da área e demais público interessado sobre o tema. Seu trabalho contribuiu e constitui uma importante ferramenta para uma melhor definição sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como abre caminho para desenvolvimentos de novas ferramentas que incluam toda a complexidade do desenvolvimento sustentável, sem diminuir os elementos constitutivos de qualquer modelo de avaliação de desenvolvimento sustentável. Contudo, e em oposição, Antônio Ioris em seu Artigo Desenvolvimento Nacional e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil, publicado na Revista Crítica de Ciências Sociais – 85 - Julho de 2009:23-41, descreve sustentabilidade como sendo um paradoxo onde o desenvolvimento é impulsionado pelo capitalismo, gerando e impondo sobre os meios naturais uma lógica redutora e antagônica a qualquer limite imposto, seja social ou ambiental, no qual prevalece a lógica do acúmulo de capital, o lucro a qualquer custo, onde havendo a necessidade de expansão do regime capitalista, este impõe seu braço forte arrastando consigo uma efetiva e grande degradação socioambiental deixando profundas sequelas. Fato que ocorre desde a colonização do Brasil até os dias contemporâneos, basta verificamos algumas políticas que retiram bens coletivos, seja por concessão, seja por privatização e as colocam na iniciativa privada, cujo objetivo principal é a geração de lucro: o capital gerando capital. Desse modo o capitalismo vai aumentando a base da pirâmide e diminuindo seu pico, onde o capital vai se concentrando nas mãos de uma minoria dominante, muitas vezes subsidiadas e financiada pelo próprio Estado.

Em muito se avançou com as novas tecnologias e novos conceitos de desenvolvimentos, porém, percebemos que todos os novos conceitos de sustentabilidade está o braço forte do capitalismo, com uma nova abordagem, é o que podemos verificar com os programas de pagamento de serviços ambientais, cujo princípio nos trai uma lógica social na qual todos se beneficiariam, nesse contexto podemos citar como exemplo o mercado de carbono, ou o pagamento para manutenção de uma área vegetal para conservação de nascentes d'água, na qual gerariam benefícios sociais e ambientais para todos os usuários de uma determinada região. Iores coloca em cheque o conceito de

desenvolvimento sustentável quando relata e abre uma hipótese que os pagamentos realizados pelos serviços ambientais àqueles agentes são somente, uma forma de propina, em dinheiro, visto que esses, são incapazes de perceberem a importância de conservarem um bem comum, no caso específico a água. Iores assim define que para se ter sustentabilidade há a necessidade de se ter uma visão politizada das causas e consequências de procedimentos e tecnologias, um entendimento das mudanças da correlação de forças em grupos sociais antagônicos. SILVA em sua tese “AS TRAMAS DA QUESTÃO HIDRICA...” fortalece e traz para discussão o processo referente ao acesso e uso dos recursos naturais, na atual conjuntura socioeconômica, bem como a maneira na qual é construída as relações entre a sociedade e o meio ambiente, aponta a dinâmica da cobrança dos uso dos meios naturais, em particular a água, pelo Estado através de políticas públicas e nos mostra duas perspectivas teóricas no intuito de entendermos a complexibilidade do problema da transformação dos recursos naturais, limitados, dotado de valor econômico, como um processo crescente de racionalização do uso da água. Para tanto trouxe à tona a discussão dos diversos conceitos e teorias sobre a corrente Ecologia Política e sobre a corrente Capitalização da Natureza que passamos a tratar com mais ênfase a partir de agora.

1.2 Ecologia política

Para SILVA a ecologia política analisa as maneiras pelas quais a política estabelece as relações entre a sociedade e os recursos naturais, suas influencias e a forma na qual o homem se apropria dos bens naturais, conforme podemos verificar abaixo:

Ecologia Política analisa as maneiras pelas quais a política - em seu significado o mais amplo possível – estrutura as relações que as sociedades estabelecem com o meio ambiente físico, discutindo com as influências de diversos fatores – econômicos, científicos, culturais, ..., se exercem sobre as formulações e interpretações discursivas em geral, e particularmente as científicas, sobre as formas de apropriação da natureza.(SILVA, 2010, p. 210)

A Ecologia Política teve seu surgimento no século passado, e traz até hoje questionamentos sobre as causas da degradação ambiental e quais os possíveis encontros, bem como a inter-relação da economia política com outras ciências como a ecologia, a biologia, a antropologia, etc, na busca de respostas para a crescente crise ambiental, sobretudo pós globalização, onde o acesso aos meios naturais ocorre de forma desigual no regime capitalista, onde grupos minoritários e influentes economicamente são beneficiados com políticas públicas, fato visto e comprovado em nossa

sociedade como exemplo temos regiões brasileiras que historicamente tem um alto grau de investimento público em urbanização e saneamento básico, sobretudo as regiões onde esta a classe de maior poder econômico e financeiro, em contrapartida temos regiões no Brasil que milhares de pessoas não tem acesso ao bem mais importante para vida, a água sobre tudo potável. Neste sentido se faz necessário ocorrer uma ruptura dessas políticas implantadas pelos gestores, onde o acesso aos recursos naturais deve ser ofertado aos diferentes usuários sem nenhuma distinção, sendo esses considerados um bem comum. É importante sobre tudo observarmos a linha tênue estabelecida entre a exploração econômica dos recursos naturais e a exploração político-econômica dessas parcelas influentes da sociedade, quando isso vir a ocorrer poderá ocorrer uma imensa degradação sócio-ambiental causada pelo capitalismo em sua face mais cruel a expansão econômica através da exploração dos meios naturais e sociais sem se preocupar com desenvolvimento sustentável, fato impulsionado por políticas neoliberais implantadas por governos, nesse sentido temos como exemplo mais dramático o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco controlada pela Vale e pela BHP Billiton, onde a rédea do capitalismo implantado na mineradora, com a finalidade de maximizar os lucros com a redução em segurança fez com que tivéssemos no Brasil o registro de maior “acidente” ambiental ocorrido no país com consequência incalculáveis, outro exemplo temos o interesse de entidades internacionais aos nossos recursos hídricos, apoiadas pelo Banco Mundial, em que buscam o fortalecimento de parcerias e concessões dos governos para essas empresas que tenham interesse em operar no setor hídrico. No Brasil isso já é uma realidade. Para SILVA, especialistas em cada seguimento irão utilizar indicadores que favoreçam sua área de atuação como podemos observar a seguir.

O especialista econômico/ financeiros, faz o uso de uma racionalidade mercantil com o intuito de identificar indicadores quantitativos, a eficiência econômica e os critérios de mercado; enquanto o especialista institucional/administrativo faz uso de racionalidade político-administrativa, com o intuito de observar as burocracias e os princípios de organização direcionados à observação dos conflitos relacionados a água. (SILVA, 2010, p.44)

É reconhecido por todos os pesquisadores e teóricos que o acesso aos meios naturais, sobre tudo a água, nos países subdesenvolvidos é escassa e que os grandes conflitos armados futuros serão pelo acesso ao bem vital a vida, a água, seu acesso passou a ser expressivamente de natureza política, fato que ocorre a anos. No nordeste brasileiro temos um grande exemplo, políticas cada vez mais voltadas a garantir que famílias e grupos políticos se revessem e permaneçam no poder, criando um

clientelismo cruel entre o sertanejo, homem do campo e os gestores de plantão. Historicamente políticas de combate a seca vem sendo implementadas, tais como construção de açudes, cacimbões, perfuração de poços, construção de barragens subterrâneas e cisternas e mais recentemente a transposição das águas do Rio São Francisco. Conduto em sua grande maioria essas medidas são paliativas, quando não são realizadas em áreas privadas, dificultando o acesso a água por parte da população, dessa forma, não buscam solucionar o problema de forma sustentável e que assegurem a convivência com a seca, mais sim criar um clientelismo perverso na qual muitos trocam seus votos e apoio eleitoral por água, realizada através de carros-pipa, gerando uma dependência infinita, sobretudo para aqueles que tem baixa renda. Nesse contexto famílias inteiras arrasadas pela escassez e dificuldade ao acesso a água são “compradas” por benesses que venha mitigar o estado de flagelação ocasionado pela baixa pluviosidade e pela seca prolongada. Grupos políticos que em muitos casos são compostos por famílias influentes utilizam-se dessa cruel realidade para se mantem no poder, fato conhecido por todos como industriada seca, onde poucos são beneficiados e muitos populares tem sua qualidade de vida destruída, comprometendo o desenvolvimento e a sustentabilidade local.

1.3 Capitalização da Natureza

Caracterizada pela apropriação dos recursos naturais, ocorrida a partir da década de 70, teve como diretriz a necessidade de evitar o colapso ambiental causado pelo ritmo do consumo dos meios naturais pela atividade humana. Debates surgiram no intuito de tentar trazer soluções para o aumento do consumo dos recursos naturais e a crescente expansão da produção no mundo capitalista, quando se fez necessário surgir a ferramenta de cobrança pelo uso dos recursos naturais, sobretudo a água, regulando o acesso e seu uso, tinha a finalidade de produzir um equilíbrio guiado por políticas neoliberais e de livre mercado, passando os recursos naturais como sendo um bem público, limitado e dotado de valor econômico. O grande problema que poderá a surgir com a implantação dessas políticas neo-liberais, trata-se do acesso a água e ao saneamento básico por sociedades remotas, onde empresas que detiverem a concessão pouco investiriam para distribuir a água igualmente a todas as regiões, visto que o custo possivelmente seria alto e ocasionando a diminuição do lucro das companhias que trabalham no ramos hídrico. Dessa forma tendo como consequência a dificuldade do acesso a água por parte de grupos e regiões de uma sociedade dificultando seu desenvolvimento e sua sustentabilidade. Para alguns autores esse conceito de capitalização da natureza vem tão somente por influência das nações desenvolvidas e por empresas multinacionais instaladas em países subdesenvolvidos com a finalidade de precificar os meios

naturais, sobretudo a água, a um baixo custo, para atender as necessidades dos países ricos, extraindo os recursos naturais desses, garantindo seus estoques naturais para atender as necessidades das gerações futuras de seus cidadãos. Esse modelo explorador vai em sentido oposto ao conceito do desenvolvimento sustentável, pois carrega em si um histórico de exploração econômica, social e ambiental com conseqüente degradação dos meios naturais. Para outros autores a precificação da água, é fundamental para garantir uma cobrança pelo seu uso, sendo um excelente instrumento de gestão para o uso racional, consciente e eficaz dos recurso hídrico, ressaltando que essa mesma cobrança podendo ser realizada pelo Estado e empresas evitando, dessa forma conflitos a má gestão da água e a implantação de políticas paternalistas que priorizam um pequeno, porém forte grupo econômico e deixa do lado a população que mais necessita de serviços públicos. Outro ponto que fortalece o conceito de capitalização da água está ligado ao crescimento populacional, o controle pelo mercado fortalece a racionalização e o uso consciente no intuito evitar a escassez ou em alguns casos o colapso total, causados pela super-utilização dos recursos hídricos, devido ao processo capitalista intenso de produção e consumo, em que em muitos casos é agravado pelas baixas taxas de precipitação pluviométrica e pelo prolongamento em algumas regiões do país da seca/escassez de chuvas..

3 Considerações Finais

A sociedade em muito avançou desde o surgimento, no século XX, dos primeiros conceitos de desenvolvimento sustentável, até os dias contemporâneos, seja com a criação de novas ferramentas e tecnologias voltadas para garantir as necessidade das gerações atuais, seja para garantir as necessidades das gerações futuras. Contudo, pouco se avançou na definição do que é desenvolvimento sustentável, quais seus limites, qual impacto o capitalismo veem pondo sobre o desenvolvimento sustentável e em que grau de atuação ele põe em cheque o conceito de sustentabilidade. Existe diversas definições de desenvolvimento sustentável, como também há muitas contradições entre os autores e pensadores sobre esse tema, não chegando ao um consenso geral de o que desenvolvimento sustentável, qual seu campo de aplicação, qual seu objetivo e quem são seus usuários e clientes.

Como podemos perceber, estamos longe de termos uma definição concreta e geral de sustentabilidade. Percebemos que muitas discursões existem sobre o tema, porém se torna

necessário maior conhecimento, pesquisa e debate para que a possamos definir o que é desenvolvimento sustentável.

Referências Bibliográficas

Bellem, Hans Michael Van, **Indicadores de Sustentabilidade**: Uma análise comparativa / Hans Miguel Vam Bellem - 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Ioris, Antônio Ioris, **Desenvolvimento Nacional e Gestão de Recursos Hídricos no Brasil** – Revista Crítica de Ciência Sociais, 85, Julho 2009: 23-41.

Silva, Jairo Bezerra Silva, **As Tramas da Questão Hídrica**: uma análise da transformação da água num bem público dotado de valor econômico e dos comitês de bacias hidrográficas no Brasil - informacional 2010. Tese (Doutorado em sociologia) – centro de humanidades, universidade federal da Paraíba, João Pessoa(2010)

Silva, Jairo Bezerra Silva; Guerra, Lemuel Dourado Guerra; Ioris, Antônio Ioris; Gomes, Ramonildes Alves Gomes; **Conflitos sociológicos, recursos hídricos e programa um milhão de cisternas na região semiárida da Paraíba**, novos cadernos NAEA, v.18, n.2, p.69-92, junho-setembro 2015